

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.335 - SP
(2019/0167595-0)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : GABRIEL DE ABREU GONCALVES
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ELTHON SIECOLA KERSUL - DEFENSOR PÚBLICO -
SP291440
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PICHANÇA DE BEM PÚBLICO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. AGRADO IMPROVIDO.

1. Não há falar em violação do art. 619 do CPP, na medida em que apreciada, fundamentadamente, de modo coerente e completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia.
2. A obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais não impõe ao magistrado o dever de responder a todos os questionamentos das partes, desde que motivada de forma suficiente ao deslinde da questão.
3. Não comprovada a reparação do dano e afastada a tese de inexpressividade de lesão ao bem jurídico com base no conjunto fático-probatórios dos autos, a reversão do julgado encontra óbice na Súmula 7/STJ.
4. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator